



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Nº 2020.0000000263

CERTIFICAMOS, a pedido de pessoa interessada, que revendo os registros processuais eletrônicos do processo registrado sob o nº **0002220-37.2018.4.03.6105**, classe **EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL**, assunto **Multas e demais Sanções**, distribuído à **5ª Vara Federal de Campinas** e que figuram como **EMBARGADO(A) UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL**, CNPJ **00.394.460/0117-71**, como **EMBARGANTE(A) GUILHERME VALLAND JUNIOR**, CPF **022.963.128-29**, deles verificou constar:

20/02/2020 - Expedição de Outros documentos.

20/02/2020 - Expedição de Outros documentos.

20/02/2020 - Expedição de Comunicação via sistema.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) Nº 0002220-37.2018.4.03.6105 / 5ª Vara Federal de Campinas
EMBARGANTE: GUILHERME VALLAND JUNIOR
Advogados do(a) EMBARGANTE: CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO - SP74093, ADAILTON CARLOS RODRIGUES - SP121533, FELIPE PINHEIROS NASCIMENTO - SP316744
EMBARGADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

DESPACHO

No prazo de 10 (dez) dias, digam as partes se têm provas a produzir, justificando sua pertinência.

No mesmo prazo, manifestem-se sobre a petição da interessada de ID25802724.

ID28579452: Defiro a expedição da Certidão.

CAMPINAS, 19 de fevereiro de 2020.

19/02/2020 - Conclusos para despacho

18/02/2020 - Juntada de Petição de petição intercorrente

20/12/2019 - Juntada de Petição de impugnação

11/12/2019 - Decorrido prazo de GUILHERME VALLAND JUNIOR em 10/12/2019 23:59:59.

09/12/2019 - Juntada de Petição de petição intercorrente

26/11/2019 - Mandado devolvido cumprido

18/11/2019 - Recebido o Mandado para Cumprimento

18/11/2019 - Publicado Decisão em 18/11/2019.

15/11/2019 - Disponibilizado no DJE no dia útil anterior à publicação

14/11/2019 - Expedição de Mandado.

13/11/2019 - EXPEDIÇÃO DE MANDADO

13/11/2019 - Expedição de Informação

13/11/2019 - Expedição de Outros documentos.

13/11/2019 - Expedição de Outros documentos.

13/11/2019 - Expedição de Comunicação via sistema.

13/11/2019 - Expedição de Outros documentos.

13/11/2019 - Expedição de Outros documentos.

13/11/2019 - Expedição de Comunicação via sistema.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL (1118) Nº 0002220-37.2018.4.03.6105 / 5ª Vara Federal de Campinas

EMBARGANTE: GUILHERME VALLAND JUNIOR

Advogados do(a) EMBARGANTE: CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO - SP74093, ADAILTON CARLOS RODRIGUES - SP121533, FELIPE PINHEIROS NASCIMENTO - SP316744

EMBARGADO: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

D E C I S ã O

Vistos.

Trata-se de embargos do devedor à execução fiscal ajuizados por **GUILHERME VALLAND JUNIOR**, qualificado nos autos, em face da **UNIÃO FEDERAL**, objetivando, em sede de tutela de urgência, seja determinada a suspensão da ação de execução nº 013427-38.2015.403.6105, bem como suspensão da exigibilidade do suposto crédito tributário oriundo da CDA no 80615067586-00.

Aduz, em apertada síntese, que atuou como leiloeiro responsável pela hasta pública nº 134, realizada em 27.11.2014, a qual teve como objeto imóveis de propriedade do Guarani Futebol Clube. Relata que, após devidamente realizada a hasta e paga a comissão de leiloeiro, o então magistrado oficiante na execução fiscal houve por bem anula-la, sob a fundamentação de preço vil, uma vez que não considerado no valor de avaliação do imóvel arrematado a possibilidade de alteração de lei de municipal, que passaria a agregar potencial construtivo inexistente e desconsiderado ao tempo da antiga avaliação. Diz que, com a decisão de nulidade da hasta, foi determinada a devolução dos valores pagos a título de comissão ao leiloeiro. Assevera que, como não teve culpa em relação à nulidade da hasta, lhe é devida a comissão. Todavia, houve decisões pelo MM. Juiz Federal oficiante no sentido da devolução do dinheiro,

importando em constrição de bens do embargante. Sustenta a ocorrência de arbitrariedade nas determinações do magistrado, notadamente em relação à determinação do crédito referente à comissão paga em dívida ativa, o que ensejou o ajuizamento de execução fiscal em face do embargante. Diz que houve mera presunção pelo magistrado no sentido de que o valor da comissão poderia ser ressarcido pela União. Bate pela ausência de legitimidade da União para a cobrança do crédito decorrente da comissão de leiloeiro. Assevera que o crédito foi inscrito indevidamente como “custas”. Destaca que a inscrição em dívida ativa tem ensejado severas restrições à atuação profissional do embargante. Acresce que houve a penhora de imóveis e veículos do embargante, em relação às quais se declara ciente. Bate pela necessidade de suspensão da execução fiscal. Aponta que a embargada reconheceu, nos autos da execução fiscal, que o crédito referente ao ressarcimento da comissão pertence ao arrematante, não sendo abrangido pelo conceito de custas. Defende a possibilidade de concessão de tutela de urgência liminar. Sublinha a inexistência de processo administrativo prévio para a constituição do crédito, com evidente cerceamento de defesa. Invoca a nulidade da CDA nº 80615067586-00, por não preencher os requisitos legais, não havendo menção da origem e natureza do crédito (art. 202, III, CTN). Diz que o crédito foi constituído “manu militari” em favor da União. Assevera que a natureza da comissão de leiloeiro não se amolda ao conceito de custas processuais. Argui a natureza alimentar da comissão de leiloeiro. Bate pelo direito à percepção da comissão. Sustenta a inconstitucionalidade da SELIC.

Juntou procuração e documentos.

Intimada a se manifestar sobre a liminar, a embargada manifestou-se contrariamente.

Os autos seguiram para digitalização.

Em petição de ID23539993 o embargante reitera o pedido de apreciação da liminar.

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

Sumariados, decido.

Recebo a conclusão nesta data tendo em vista que os autos foram remetidos para digitalização.

Para a concessão de efeito suspensivo aos embargos do devedor em sede de execução fiscal devem ser observados os seguintes requisitos: a) garantia integral do crédito fiscal sob execução ou prova inequívoca do esgotamento do patrimônio penhorável disponível (STJ - RESP 1127815/SP - 1ª Seção - Relator Ministro Luiz Fux - Publicado no DJe de 14/12/2010); b) demonstração do risco de dano grave de difícil ou incerta reparação por força do prosseguimento do procedimento e a c) demonstração da relevância do direito invocado.

Na hipótese, embora se mencione a existência de bens passíveis de penhora – imóveis e veículos – é certo que o mandado de penhora e avaliação respectivo ainda não sobreveio aos autos, sendo inviável, portanto, a verificação da integralidade da garantia da execução.

No que tange à relevância do direito invocado, anoto que a questão referente ao dever de devolução da comissão recebida pelo embargante já foi exaustivamente debatida nos autos do mandado de segurança nº 0007508-50.2015.4.03.0000/SP, Rel. Des. Fed. Marcelo Saraiva. Em acórdão prolatado no âmbito do “mandamus” reiterou-se o entendimento, também sedimentado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que é devida a devolução da comissão do leiloeiro quando anulada ou desfeita a arrematação, sem culpa do arrematante, a qual deve ser corrigida monetariamente. A propósito, extrai-se do v. acórdão: “**Com efeito, em que pese o fato de terem sido prestados os serviços pelo leiloeiro oficial, ora impetrante, culminando com a arrematação do bem levado à praça, sua remuneração não pode ser suportada pelo arrematante, tendo em vista o desfazimento do negócio realizado sem que restasse comprovada a sua culpa**”.

Não colhe, portanto, nova discussão a respeito nos presentes autos.

Por conseguinte, remanesce apenas a discussão sobre a legalidade e regularidade da inscrição em dívida ativa e da CDA. Nesse passo, como sabido, a Certidão da Dívida Ativa - CDA regularmente inscrita, a teor do disposto no artigo 204 do CTN, reproduzido pelo artigo 3º da Lei nº 6.830/80, goza de presunção *juris tantum* de certeza e liquidez, podendo ser ilidida por prova inequívoca a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

Em que pese a propriedade da sustentação jurídica trazida pelo embargante, inviável se afigura desconstituir ou afastar a presunção de legalidade da CDA neste juízo de cognição preliminar, sendo necessário aprofundado exame das circunstâncias, fatos e motivos que levaram à determinação de inscrição do crédito em dívida ativo, após regular instrução. A propósito, confira-se:

“Os atos administrativos gozam de presunção *juris tantum* de veracidade, legitimidade e legalidade, assim, para que seja declarada a ilegitimidade de um ato administrativo, cumpre ao administrado provar os fatos constitutivos de seu direito, i.e., a inexistência dos fatos narrados como verdadeiros nos autos administrativos.” (TRF 3ª Região, 6ª Turma, AI - AGRADO DE INSTRUMENTO - 5006442-76.2017.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal CONSUELO YATSUDA MOROMIZATO YOSHIDA, julgado em 18/10/2019, e - DJF3 Judicial I 25/10/2019)

“É assentado o entendimento de que a nulidade das Certidões de Dívida Ativa não se presume, devendo sua certeza e sua liquidez ser ilididas por prova inequívoca, nos termos do art. 3º da Lei nº 6.830/80.” (TRF 3ª Região, 3ª Turma, AI - AGRADO DE INSTRUMENTO - 5008655-84.2019.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES, julgado em 25/07/2019, e - DJF3 Judicial I DATA: 29/07/2019)

Ainda que se possa extrair dos autos relevante controvérsia a respeito da constituição do crédito em execução, nesta fase processual deve prevalecer a presunção de certeza e liquidez da CDA. Nesse sentido: “*Há relevante controvérsia instaurada nos autos quanto à regularidade do crédito tributário constituído em face da agravante. Dessa forma, a presunção de veracidade e legalidade do ato administrativo deve ter prevalência, ao menos no atual estágio processual.*” (TRF 3ª Região, 3ª Turma, AI - AGRADO DE

INSTRUMENTO - 5008655-84.2019.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES, julgado em 25/07/2019, e - DJF3 Judicial 1 DATA: 29/07/2019)

Considero, ainda, essencial a oitiva da arrematante, que integralizou o valor da comissão, uma vez que se revela, ao menos em tese, presente seu interesse no desfêcho da presente demanda.

Agregue-se que, considerado o tempo de tramitação da execução fiscal e o fato de que apenas foram demonstrados nos autos atos inerentes ao processamento regular do feito, não havendo qualquer anormalidade e dano processual excessivo devidamente comprovado pelo embargante, não se verifica, por igual, a presença do risco de dano irreparável.

Em arremate, as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário encontram-se previstas no art. 151 do CTN, não se verificando a ocorrência de na espécie dos autos.

Assim, ante a ausência dos requisitos legais, **indefiro** o efeito suspensivo e, consequentemente, a tutela de urgência requerida.

Admito o processamento dos embargos, mesmo sem a implementação da garantia integral do Juízo. Intime-se a embargante para oferecer impugnação no prazo legal.

Oficie-se solicitando cumprimento em relação aos mandados de penhora e avaliação já expedidos.

Tendo em vista ser notória a dificuldade de cumprimento do mandado expedido perante a Justiça Estadual, a fim de agilizar o processamento, faculto ao embargante juntar 3 (três) avaliações subscritas por corretores de imóveis do local de situação dos bens, com firma reconhecida, nos autos de execução fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias. As avaliações deverão descrever os bens, sua localização, benfeitorias e especificar suas características, mencionando o número de cadastro imobiliário do Município de sua localização. Deverá, ainda, o embargante, juntar certidões de matrícula atualizadas dos imóveis, no mesmo prazo. Após, nos autos de execução fiscal, dê-se vista à exequente para manifestação sobre as avaliações, vindo conclusos para formalização de penhora, por termo, se o caso.

Intime-se a arrematante MMG CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA., por mandado, para, querendo, se manifestar nos presentes autos no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimem-se. Cumpra-se.

Campinas, 12 de novembro de 2019.

RICARDO UBERTO RODRIGUES

Juiz Federal

07/11/2019 - Conclusos para decisão

06/11/2019 - Juntada de Petição de outras peças

22/10/2019 - Expedição de Comunicação via sistema.

22/10/2019 - Conclusos para despacho

22/10/2019 - PROCESSO FÍSICO DIGITALIZADO REMETIDO PARA PROCESSAMENTO

22/10/2019 - Juntada de Petição de petição intercorrente

19/12/2018 - JUNTADO(A) PETICAO Descrição do Documento: 201861000173138 Complemento Livre:

19/10/2018 - RECEBIMENTO NA SECRETARIA

15/10/2018 - REMESSA EXTERNA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL VISTA

27/09/2018 - RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO

21/09/2018 - ATO ORDINATORIO (Registro Terminal)

21/09/2018 - AUTOS COM (CONCLUSAO) JUIZ PARA DESPACHO/DECISAO

16/07/2018 - RECEBIMENTO DO JUIZ C/ DESPACHO/DECISAO

10/07/2018 - APENSADO AO PROCESSO 0013427-38.2015.403.6105 - Principal

05/07/2018 - DISTRIBUICAO/ATRIBUICAO POR DEPENDENCIA INSTANTANEA

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé.

Eu, **ELIANA TONIN CAVALCANTI – RF 8608, DIRETOR SECRETARIA**, digitei e conferei. E eu, **ELIANA TONIN CAVALCANTI – RF 8608, DIRETOR SECRETARIA**, conferei e subscrevo.

Observações:

a) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <https://web3.trf3.jus.br/certidaointeireor>, até 60 dias da liberação, por meio do código de segurança **D066D925BB4F006D685F0C186744C1BC76C54A8A**;

b) Esta Certidão abrange todo o banco de dados do Sistema PJe de 1º grau – Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, desde 21/08/2015, data de sua instalação, até a data e hora da emissão. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, quinta-feira, 20 de fevereiro de 2020, às 11h51min.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2020, às 11h51min.
Justiça Federal da 3ª Região - 5ª Vara Federal de Campinas
Avenida Aquidaban, 465 - CAMPINAS/SP